

Sobre a reestruturação da formação de 3º ciclo

(Documento de Reflexão)

O aumento do nível de escolarização da população europeia tem sido uma constante nos últimos 50 anos. Como consequência natural, também no topo da formação, a nível de doutoramento, tem havido um aumento sustentado do número de diplomados. Aliás, hoje em dia, o grau de doutor já não é visto como sendo o grau de topo da cadeia de formação. Na realidade, o processo conducente a este grau é entendido, cada vez com maior ênfase, como o início de uma nova fase na qual o titular do grau de doutor adquire capacidades e ferramentas que lhe permitem desenvolver um trabalho autónomo. O fomento de uma fase de pós-doutoramento tem aberto, na presente situação, um período informal de iniciação profissional.

Do ponto de vista económico, a formação avançada representa um investimento significativo que é suportado em grande parte por fundos públicos. Porém, até agora e apesar do esforço continuado desenvolvido ao longo de varias décadas, não existe um retorno económico explícito deste investimento, situação que é comprovada pelas últimas estatísticas disponíveis [1]. Torna-se, por isso, legítimo questionarmos sobre a razão desta situação e porventura, quais as alterações que se devem introduzir para que os futuros doutorados desempenhem um esperado papel de agente com intervenção no mundo económico.

Simultaneamente tem havido uma preocupação constante para incrementar o processo de transferência da inovação gerada nas universidades para o tecido empresarial. É forçoso constatar que, de uma forma geral, continuam a ser desenvolvidos programas destinados a incentivar a transferência de tecnologia, não tendo sido ainda encontrado os melhores procedimentos que permitem um aproveitamento óptimo por parte das empresas do conhecimento gerado nas universidades. Uma razão frequentemente apontada para esta dificuldade reside na falta de cultura empreendedora por parte dos diplomados, remetendo assim o ónus na metodologia de formação avançada dispensada pelas universidades.

A análise destas e de outras questões conexas pode ser ilustrada pela identificação estatística das principais saídas profissionais dos doutorados europeus. As últimas estatísticas indicam que uma percentagem significativa (cerca de 53%) dos recém-doutorados obtém emprego fora da carreira científica. A maior parte dos restantes segue para uma carreira de investigador passando normalmente por um período de pós-doutoramento. Após 3/4 anos, a maioria destes jovens investigadores acaba por ingressar no mundo das actividades económicas (17%) ou abraça carreiras não científicas (26%), obtendo empregos mais qualificados, criando as suas próprias

empresas ou outras alternativas, sendo que apenas uma ínfima percentagem de 3.5% segue uma carreira de investigador na Universidade. Destes, apenas 0.45% envereda pela docência universitária [2].

Recentemente, a Assembleia da República dinamizou uma reflexão sobre A Ciência em Portugal. Num dos capítulos do estudo, que foi oportunamente publicado [3], referia-se que a previsão para os próximos dez anos aponta para que as pessoas habilitadas com o grau de doutor teriam as oportunidades de trabalho distribuídas da seguinte forma:

- em instituições de I&D – 10–15 %;
- na administração pública – 10-15 %;
- em empresas e outras instituições nacionais – 30-40 %;
- criação do próprio emprego – 5-10 %.

A pergunta que estes dados nos sugerem é a seguinte: em que medida é que o modelo de formação actualmente utilizado na maioria das universidades europeias a nível de doutoramento é o mais adaptado às necessidades globais do mercado de trabalho?

1. Modelo de formação

Em paralelo com os primeiros e segundos ciclos de Bolonha, também os terceiros ciclos têm sofrido nos últimos anos uma forte reforma no sistema de ensino europeu. Nos terceiros ciclos, a tendência generalizada aponta para uma organização do ciclo de estudo mais formal, incluindo num primeiro momento a atribuição de créditos de ensino, inseridos no primeiro ou nos primeiros anos, seguida de uma formação mais curta do que no passado, normalmente limitada a três ou quatro anos, destinada à elaboração da dissertação. De forma a distinguir os antigos doutoramentos dos novos terceiros ciclos, estes deverão agora ser identificados como Programas de Doutoramento. Na maior parte dos casos, estas alterações não vieram modificar o papel desempenhado pelo orientador de doutoramento, o qual continua a ter, na prática, o controlo quase total do processo de formação, desde o momento de acesso do candidato ao Programa até à apresentação da tese, e incluindo agora o período do pós-doutoramento.

O relacionamento tradicional mestre - aluno faz com que os problemas que por vezes surgem no decurso do doutoramento, e que resultam do desagrado com que o tema pode acabar por ser encarado por um ou por outro, ou da não adequação do ritmo, da forma ou da metodologia de execução do trabalho, ou do alongamento excessivo e indefinido da investigação, imponham situações para as quais não é fácil encontrar uma solução equilibrada. Nestes casos, o elo mais fraco é o aluno. Porventura a característica mais marcante da formação avançada tradicional, baseada no relacionamento mestre – aluno, aponta para que exista uma forte

tendência para que o aluno seja levado a seguir as pisadas do mestre e que a sua formação se faça à imagem e semelhança deste. Quer isto dizer que sendo o aluno orientado por um professor universitário, a quem estão atribuídas determinadas funções no domínio do ensino e da investigação, aquele assumirá, normalmente, uma formação dirigida também para o ensino e a investigação no âmbito universitário. Esta tendência poderá dificultar a sua adequada inserção profissional que, de acordo com o que atrás foi referido, começa a ser maioritariamente em actividades completamente alheias à carreira docente universitária.

O paradigma de ensino doutoral tradicional, baseado no relacionamento mestre – aluno, está normalmente muito pouco orientado para a capacitação do doutorando como gestor de carreira e para a valorização da sua formação através da incorporação dos seus conhecimentos em actividades de carácter económico, social ou institucional. Na grande maioria dos casos, a formação dispensada concentra-se quase exclusivamente nas matérias técnico-científicas da área de conhecimento do orientador, na tentativa de fazer chegar o candidato a um limiar de desenvolvimento científico necessário para efectuar um número de publicações compatível com a qualidade desejada. Esta cultura, baseada num padrão de avaliação que passa única e exclusivamente pela produção de publicações científicas, é fortemente redutora pois tende a desvalorizar outras iniciativas e realizações em áreas relevantes, como por exemplo o registo de patentes, a realização de protótipos (que podem ser obras literárias ou artísticas, no caso da comunicação, artes e cultura) ou o eventual sucesso em domínios empresariais. Em termos práticos somos obrigados a reconhecer que a formação tradicional do aluno de doutoramento tem sido orientada com muito pouca preocupação pelo seu desenvolvimento pessoal e com uma excessiva atenção à promoção do *curriculum* do seu orientador, da sua equipa de investigação ou dos seus projectos científicos.

Assim, entendendo a reforma de Bolonha como um processo que se deve centrar no aluno, também o produto da formação doutoral não se deverá reduzir às eventuais publicações nem à própria tese; deve, sim, centrar-se na formação própria e relevante do doutorando. O processo de elaboração da tese (e não a tese por si só) é que deverá constituir uma experiência profissional marcante para o doutorando. Deverá ser uma experiência que prepara o doutorando para uma série de possíveis carreiras profissionais e não necessariamente um primeiro passo para a sua entrada na carreira académica. É a capacidade de dominar a natureza imprevisível do trabalho de uma tese que tornam o processo de doutoramento valioso e são as qualidades de flexibilidade que o candidato demonstrar na elaboração da tese que fazem desta um desafio muito maior do que um simples exame.

2. Objectivos da reestruturação do ensino doutoral

Tendo em conta a necessidade de uma mudança do paradigma da formação doutoral de forma a tornar a Universidade do Algarve mais competitiva a nível

Europeu e no mercado social global, torna-se necessário promover uma reestruturação dos terceiros ciclos já adequados ao processo de Bolonha. Essa reestruturação será porventura mais profunda numa área do que noutras, mas deverá alargar-se a todas as Faculdades do sistema universitário e seguir, de uma forma geral, as recomendações do *Council for Doctoral Education*, da *European University Association* (EUA-CDE), plasmadas nos princípios da Declaração de Salzburgo [4] e nas respectivas actualizações [5].

Os objectivos genéricos da reestruturação deverão ser os seguintes:

- Não prolongar os ciclos de estudo conducentes ao grau de Doutor de forma a acelerar a entrada no doutorando no mundo profissional;
- Estabelecer um padrão de formação unificado no qual o Programa Doutoral seja responsabilizador para o candidato e para o supervisor, mas também para a instituição na manutenção da qualidade da formação e no financiamento do Programa Doutoral em geral e de cada candidato em particular;
- Introduzir e promover a noção de Escola Doutoral (ED) que deverá ser uma estrutura flexível de instituições, de centros de investigação e, eventualmente, de empresas numa determinada área científica e que acordam entre si o ajustamento dos seus Programas Doutorais, permitindo a mobilidade dos seus candidatos a doutoramento;
- Garantir que o enquadramento científico do candidato é partilhado entre o orientador, o seu centro de investigação e os laboratórios parceiros da Escola Doutoral (ED);
- Generalizar o formato de Programa Doutoral, com uma componente de ensino formal necessário para a obtenção de um número específico de créditos e com uma componente de formação através da investigação que deverá ser realizada, de preferência, no âmbito de uma Escola Doutoral;
- Privilegiar o desenvolvimento do curriculum profissional do candidato através de uma formação que inclua matérias transversais consideradas essenciais para o seu acesso ao mercado de trabalho, ampliando as suas possibilidades de gerar ou de obter emprego; que responda às necessidades científicas do candidato, nomeadamente em termos de qualidade; e que amplie as possibilidades de acesso a um mercado de trabalho alargado de dimensão europeia, proporcionando a mobilidade no período de formação em mais do que dois países europeus, de preferência no âmbito de uma Escola Doutoral;
- Estabelecer, através das Escolas Doutorais, graus múltiplos e conjuntos entre as várias instituições parceiras, traduzindo-se assim numa mais-valia e num

factor de atracção para os diplomados, e contribuindo para eliminar as barreiras de mobilidade profissional entre estados membros;

- Melhorar o desempenho dos orientadores de doutoramento exigindo um nível mínimo de provas dadas na formação de doutores e investigadores;
- Maximizar o factor de empregabilidade, incluindo a criação do seu próprio posto de trabalho e valorização do carácter inovador do trabalho de investigação e da capacidade do doutorado, capaz de modificar o próprio mercado de trabalho [6];

3. Linhas de orientação para a reestruturação do ensino doutoral na UAlg

1. Os novos terceiros ciclos de formação doutoral, deverão ser Programas Doutorais de três anos (180 ECTS).

2. A formação em termos de créditos deverá ser sob forma de seminários e atingir pelo menos 150 horas, cobrindo tendencialmente, em pelo menos metade do tempo, as seguintes matérias: ética, capacidades de comunicação, capacidades de gestão e empreendedorismo, comunicação intercultural, etc.

3. A admissão de um candidato a doutoramento pressupõe um acordo tripartido instituição - orientador - candidato. Este acordo tem como objectivo especificar os deveres e obrigações das partes em relação nomeadamente à duração do programa, mobilidade, seminários e créditos, fases do programa doutoral, termos de entrega de documentos intermédios de progresso e finais, política de direitos de autor, publicações e uso do nome da Universidade, confidencialidade e outros.

4. O mesmo acordo tripartido deverá especificar as condições e oportunidades de financiamento dos estudos doutorais;

5. A entidade responsável pela admissão do candidato, pela escolha do orientador e pelo comité de acompanhamento de tese (ver abaixo) é a comissão coordenadora do programa doutoral;

6. O plano de formação deverá incluir um mecanismo exigente de acompanhamento do progresso do candidato ao longo do programa doutoral através, por exemplo, de workshops para apresentação do trabalho desenvolvido em cada período e a nomeação de um comité de acompanhamento de tese formado obrigatoriamente pelo orientador e por um ou dois especialistas da área, de preferência externos ao grupo / centro de investigação, que deverá fornecer á comissão coordenadora do programa doutoral indicação regular do progresso dos trabalhos de cada candidato.

7. O comité de acompanhamento de tese deverá dar um parecer favorável á submissão final do trabalho de doutoramento antes da sua defesa pública;

8. No sentido de garantir um padrão de exigência elevado na formação de doutores, o orientador de doutoramento deverá ter o título de agregado ou ter orientado pelo menos três teses de doutoramento;

9. Inserir os programas doutorais em Escolas Doutorais (ED) internacionais temáticas, oferecendo uma formação simultaneamente aprofundada e diversificada em cada área científica, com um programa de mobilidade adequado a cada plano de formação;

10. Cada plano de formação deverá incluir períodos de investigação em instituições membros da ED.

11. A ED deverá ser formada por um número representativo de instituições incluindo, de preferência, as mais relevantes a nível europeu no tema considerado, e se possível também outras a nível internacional.

12. O modelo de ED deverá incluir não só instituições de ensino superior como também centros de investigação de renome e/ou relevantes grupos de investigação de empresas.

Março.2011

References

[1] Stefaan Hermans, Head of Unit, Universities and researchers, Directorate-General for Research, European Commission apresentação no 3rd Annual Meeting EUA-CDE, Frei University of Berlin, June 2010.

[2] G. Boulton, "Research Training for Whom for What and How?" 3rd Annual Meeting EUACDE, Frei University of Berlin, June 2010.

[3] Assembleia da República (2010) – *A Ciência em Portugal*, Lisboa, Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República.

[4] www.eua.be/eua/jsp/en/upload/Salzburg_Conclusions.1108990538850.pdf

[5] www.eua.be/Libraries/Publications_homepage_list/Salzburg_II_Recommendations.sflb.ashx

[6] Youth on the Move: An initiative to unleash the potential of young people to achieve smart, sustainable and inclusive growth in the EU", SEC (2010) 1047, EC, Brussels 2010